

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

AGO – 26/11/2022

CPNJ: 05.077.787/0001-03

Data	Local	Início	Término
26/11/2022	Virtual – Plataforma Zoom	09:00 h	11:40h

Pauta
Abertura O Sr. Guilherme Cunha Costa, Presidente da Associação Nacional de Regularização Fundiária - ANRF, saudou os presentes e iniciou a reunião colocando em votação a Ata da AGE de 09/04/2022 disponibilizada com antecedência à todos. A ata foi aprovada por unanimidade. 1) Prestação de contas (institucional e Fundo de Regularização) e apreciação do Parecer Fiscal sobre as contas do 1º Semestre de 2022; A Srta. Stephanny Gonçalves apresentou à Assembleia a atualização da prestação de contas de 2022, incluindo o previsto para novembro e dezembro. A prestação foi realizada de forma separada, considerando a “conta Institucional” e “conta de Regularização”, sendo o saldo em 31/10/2022 de R\$ 52.291,03 (cinquenta e dois mil, duzentos e noventa e um reais e três centavos) e R\$ 350.824,52 (trezentos e cinquenta mil, oitocentos e vinte e quatro reais e cinquenta e dois centavos), respectivamente. Esclareceu que na conta de regularização houve 3 (três) pagamentos para o advogado, e que a partir de junho o custo passou a ser arcado pela conta institucional, para preservar o fundo de regularização. Foi apresentado o parecer do Conselho Fiscal que aprovou as contas do primeiro semestre de 2022 e o presidente Guilherme Cunha Costa esclareceu que esse formato visa facilitar o processo de análise pelo Conselho, contribuir com o controle e transparência das contas da ANRF. Informou que a Secretaria e o Diretor Financeiro da Entidade estão à disposição para detalhar os balancetes a qualquer Associado interessado. O Sr. Saulo informou que gostaria de tomar conhecimento dos investimentos da Conta de Regularização. O Presidente agradeceu a iniciativa, pediu que a Stephanny fique à disposição do Associado e solicitou que o Sr Saulo, futuramente, dê retorno aos demais Associados. Posto em votação, foi aprovado por unanimidade o parecer do Conselho Fiscal aprovando as contas do 1º semestre de 2022. 2) Orçamento e contribuição associativa para 2023; A proposta de orçamento de 2023 para a conta institucional foi definida através do valor realizado durante o ano de 2022 + um percentual de 6%, totalizando o valor anual de R\$ 63.247,34 (sessenta e três mil, duzentos e quarenta e sete reais e trinta e quatro centavos). As receitas e despesas estão concentradas no primeiro semestre de 2023 e o presidente esclareceu que deverá ser realizada uma nova Assembleia no primeiro semestre de 2023, para adequar o orçamento diante do processo de regularização.

A Diretoria optou por não apresentar orçamento específico para a Conta de Regularização, por não haver data determinada para o início dos serviços de regularização fundiária.

A Srta. Stephanny lembrou os presentes que em 2020 foi aprovado mútuo no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) da conta de Regularização para a conta institucional e o Presidente propôs que em dezembro de 2022 fosse devolvido 50% desse valor. Esclareceu que atualmente a entidade possui condições de devolver o valor total, mas que prefere ter uma reserva de segurança, e que no primeiro semestre de 2023 devemos avaliar a possibilidade de devolução do valor restante.

A proposta é manter a contribuição associativa de 2023 nos valores que já vem sendo praticados:

- Faixa 1 (de 02 a 19 hectares): R\$ 1.200,00
- Faixa 2 (de 20 a 49 hectares): R\$ 1.800,00
- Faixa 3 (de 50 a 99 hectares): R\$ 2.400,00
- Faixa 4 (mais de 100 hectares): R\$ 3.000,00

Será concedido o desconto de 10% para aqueles que efetuarem o pagamento à vista até o dia 28/12/2022, e o desconto de 06% para aqueles que efetuarem o pagamento em 2x (10/01 e 10/02/2023). Para os demais, o pagamento deverá ser realizado sem desconto, em 6 parcelas mensais.

Orçamento, contribuição associativa de 2023 e devolução de 50% do mútuo foram aprovados por unanimidade.

3) Atualização do Processo de Regularização Fundiária;

O Presidente Guilherme Cunha Costa informou que o Sr. Sidrack Correa não pode participar da reunião em razão de uma indisposição, no entanto, sugeriu realizar uma reunião com 5 associados, na próxima semana, no dia 01 ou 02 de dezembro de 2022 para que ele pudesse atualizar esse grupo.

O Sr. Guilherme Cunha Costa informou que a Terracap havia solicitado o encaminhamento de um boleto de taxa de ocupação da SPU, pois havia entendimento jurídico que a cobrança deveria ser repetida sob “pena” de renúncia de receita.

O Presidente Guilherme Cunha Costa informou que não iria encaminhar o boleto e que se confirmasse esse entendimento a ANRF interromperia as tratativas de apoio ao processo de Regularização e concentraria toda energia em batalhas jurídicas para impedir a continuidade desse absurdo. A taxa cobrada pela União é exorbitante e não se pode falar em renúncia de receita se a SPU não consegue receber os valores. A repetição do valor cobrado pela SPU simplesmente desmoralizaria a credibilidade do projeto e dos interlocutores da Terracap visto que sempre foi afirmado que o valor a ser estabelecido pela Terracap seria bem menor do que o praticado pela SPU.

Após tratativas, o Sr. Sidrack Correa informou que na reunião de diretoria da Terracap da semana passada ficou acordado que a taxa de ocupação dos ocupantes da Fazenda Sálvia seguirá, conforme a Lei, a tabela de valorização de áreas rurais do Incra.

Esclareceu que o tema taxa de ocupação é sempre muito sensível e que há dúvidas se as cobranças de anos anteriores poderiam ser efetivadas pela União, e que a Terracap afirma que a taxa a ser cobrada em 2023 está pacificando, sendo de sua responsabilidade.

O Sr. Guilherme Cunha Costa comunicou que a Terracap finalizou o georreferenciamento da Sálvia, algo fundamental para a transferência efetiva da Fazenda Sálvia em cartório, e agora aguardam o cancelamento de inscrições no sistema do INCRA, o que está previsto para ocorrer ainda este ano. Acrescentou que a transferência é fundamental para a segurança jurídica do processo.

Deu continuidade informando que na Terracap prioriza a transferência da Sálvia em cartório e debate qual a melhor forma de firmar parceria com o setor privado, se por Convênio ou ACT (Acordo de Cooperação Técnica). Lembrou que tivemos esse mesmo debate com a SPU.

Retomou a reunião que será realizada com a Terracap na próxima semana, e pediu para que os interessados pudessem se apresentar, ficando definida a participação dos seguintes associados: Miguel Zuvanov, Eduardo Fayet, Guilherme Cunha Costa, Leila Correa, Alaíde Soares e Arnaldo Sisson.

4) Sistema de Monitoramento e Zeladoria.

O Presidente Guilherme Cunha Costa informou que este tema foi tratado também na reunião de diretoria e que há muito tempo se preocupa com a segurança dos ocupantes, invasões e parcelamentos irregulares. Informou que na reunião de diretoria, o tema foi debatido encima de uma primeira proposta. A ideia é avançarmos num primeiro momento, no monitoramento das Glebas interessadas e fazermos um pacote com três níveis de serviços, onde os interessados possam se encaixar.

Deu continuidade informando a possibilidade de termos um serviço de zeladoria, com um motoqueiro fazendo o monitoramento da Sálvia durante o dia. Ao identificar invasão, o “zelador” tiraria fotos e encaminharia para a secretaria da ANRF, que formalizaria a denúncia à Terracap e Órgãos competentes. Comunicou que esse serviço pode atrair novos associados, e reduzir ao índices de furto.

Acrescentou que o tema foi bem recebido na reunião de Diretoria e houve consenso que conceitualmente uma proposta a ser estudada seria a Entidade arcar com 50% dos custos e os interessados com os outros 50%. Esclareceu que o tema precisa ser aprofundado e que sua apreciação não ocorreria naquela AGO, mas gostaria de verificar a opinião dos presentes para a busca de orçamentos.

O Sr. Flávio Reinehr perguntou se haveria possibilidade da Terracap ressarcir pelo menos parte dos custos. O Presidente esclareceu que as tratativas caminham nesse sentido, e por isso a importância da assinatura do Convênio ou ACT, mas que independentemente disso avaliássemos o tema em reuniões futuras.

5) Assuntos Gerais.

O Presidente Guilherme Cunha Costa manifestou que mais do que ninguém se incomoda com a demora do início do processo de regularização. Pediu que todos aguardem o primeiro semestre de 2023 e lembrou que em Abril, por ordem estatutária, teremos AGO, momento que devemos ter um termômetro do processo.

Consultado acrescentou que não há regras para aqueles que desistam do Programa de Cotas de Regularização da Fazenda Sálvia, lembrou que há cláusulas contratuais e que o assunto foi abordado superficialmente na AGE de Junho de 2021, mas ainda não foi definida uma regra em Diretoria/Assembleia.

O Sr. Flávio Reinehr sugeriu que fosse convocada uma reunião extraordinária para explanar o que será tratado na reunião com o Sr. Sidrack Correa. O presidente Guilherme Cunha Costa corroborou com a sugestão e convocou nova reunião virtual para 03/12/2022 às 9h.

O Sr. Guilherme Cunha Costa aproveitou para atualizar os Associados sobre a Órigo Energia que havia procurado a ANRF buscando parceria para instalação de usinas solares. Informou que a Órigo infelizmente não tratou o tema como havia se prontificado. Diante disso procurou outra empresa, a Agrosolar, que visitou a Fazenda Sálvia e se interessou em apresentar um projeto de energia solar agregado a agricultura familiar, mas para isso seria necessário a aprovação do Projeto de Lei que tramita no Congresso Nacional que prorroga o benefício tributário das usinas solares por mais 12 meses. Acrescentou que realmente é uma dificuldade encontrar investidores em áreas que não sejam tituladas em nome do legítimo ocupante, outro fator inibidor é a inexistência de infraestrutura da antiga CEB e atual NEOENERGIA para um empreendimento do tamanho proposto Órigo. Por fim, disse que manteria contato com as empresas e acompanharia a tramitação do Projeto de Lei, mas depois de tudo que estudou, não está muito esperançoso.

Nada mais a ser tratado, o Sr. Guilherme Cunha Costa agradeceu a presença de todos e a reunião foi encerrada.

Assinaram a lista de presença de forma virtual: Agostinho Batista, Analberto Santos, André Teixeira, Antonio Alves Cavalcanti, Arnaldo Sisson, Eduardo Fayet, Flávio Reinehr, Guilherme Cunha Costa, Hélio Pinha, José Maurício, Leila Aparecida, Leila Correa, Lilian Martins, Lourival Nogueira, Luzia Galdino, Marcelo Martins, Miguel Zuvanov, Stephanny Gonçalves, Venicio Pereira.

Guilherme Cunha Costa
Presidente

Stephanny Gonçalves
Administrativo/Financeiro